



SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CERTIDÃO

CERTIFICAÇÃO DA ADESÃO AO PECMA - PROGRAMA DE CONVERSÃO DE MULTAS AMBIENTAIS

Processo: 764163/22

Auto de Infração: 303826/2022

Autuado: FLÁVIO BOTELHO LEAL

Certifico o trânsito em julgado administrativo, em face da celebração de Termo de Composição Administrativa – TCA:

- () Certifico que CONSTA pagamento ou parcelamento do(s) débito(s) resultante(s) da conversão da multa ambiental.
() Certifico que o processo administrativo teve início até o dia 10 de janeiro de 2025, e o autuado manifestou seu interesse na adesão ao PECMA até o dia 10 de julho de 2025. Portanto, independentemente da fase processual, aplicou-se a atenuante no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor consolidado da multa simples.
() Certifico que o autuado é pessoa jurídica de direito público e que o processo administrativo teve início até o dia 10 de janeiro de 2025, e o autuado manifestou seu interesse na adesão ao PECMA até o dia 10 de julho de 2025. Portanto, independentemente da fase processual, aplicou-se a atenuante no percentual de 70% (setenta por cento) sobre o valor consolidado da multa simples.
- () Certifico que o processo administrativo teve início em data posterior ao dia 10 de janeiro de 2025. Portanto, aplicou-se a atenuante no percentual de:
 () 50% (cinquenta por cento) sobre o valor consolidado da multa simples, considerando a manifestação de interesse na adesão ao PECMA no prazo de até 20 dias contados da notificação da lavratura do respectivo auto de infração;
 () 40% (quarenta por cento) sobre o valor consolidado da multa simples, considerando a manifestação de interesse na adesão ao PECMA antes da decisão referente à defesa administrativa;
 () 30% (trinta por cento) sobre o valor consolidado da multa simples, considerando a manifestação de interesse na adesão ao PECMA no prazo para apresentação de recurso administrativo ou enquanto pendente o seu julgamento.
- () Certifico que a infração ambiental NÃO ocasionou morte humana, não foi praticada mediante o emprego de métodos crueis para abate ou captura de animais, e não decorreu de rompimento ou extravasamento de barragem de rejeito, bem como de deslizamento de pilha de estéril.
() Certifico que até a presente data a penalidade não havia se tornado definitiva.
() Certifico que não há aplicação de multa diária no auto de infração em epígrafe.

MANUTENÇÃO DA PENALIDADE DE APREENSÃO E PERDIMENTO DE BENS

Certifico a definitividade da penalidade de apreensão imposta por meio do auto de infração em referência, nos termos do art. 65 do Decreto nº 47.383/2018, e, consequentemente o perdimento de tais bens, nos termos do §2º do art. 94 do mesmo decreto, ratificando eventual destinação sumária dos bens, caso ocorrida.

a) Para:

() Todos os bens indicados no Auto de Infração, quais sejam: **O AUTUADO FICA COMO DEPOSITÁRIO FIEL DO RENDIMENTO LENHOSO APREENDIDO, SENDO 4.860 ST DE LENHA NATIVA.**

() Os bens indicados a seguir:

b) Local de depósito do (s) bem (s) apreendido (s):

() Bem apreendido no local da infração, com o Autuado;

() Bem apreendido encaminhado para depósito em: _____

c) Motivo:

() Não houve requerimento de restituição apresentado no prazo da defesa administrativa;

() Bens ilícitos;

() Bens sem comprovação de origem;

() Bens utilizados como instrumento para a prática de infração ambiental da qual decorreu dano ou degradação ao meio ambiente ou a recursos hídricos, ou derivado da prática dessa infração ambiental;

() Não houve comprovação pelo autuado da regularização ou do início do processo de regularização, nas hipóteses cabíveis;

() Tratam-se de animais silvestres, sendo impossível a restituição, nos termos do art. 97 do Decreto nº 47.383/2018.

Nos termos da certidão acima, o Chefe da Unidade Regional de Fiscalização do Jequitinhonha, com base no art. 62, do Capítulo VI do Decreto 48.706/2023, decide pela conformidade do Termo de Composição Administrativa – TCA com a legislação aplicável e pela manutenção da penalidade de apreensão e consequentemente o perdimento dos bens.

Encaminhe-se os bens apreendidos ao setor responsável pela destinação legal, para as providências e encaminhamento de Reposição Florestal a ser cobrado pelo IEF.

Emita-se o DAE e notifique-se o autuado, conforme disposto no art. 9º, §5º do Decreto 48.994/2025. Arquive-se o processo administrativo.



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Itabirano Silva, Servidor Público**, em 10/06/2025, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Victor Hugo Alves Soares, Chefe Regional**, em 10/06/2025, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **115696356** e o código CRC **0C55E7CF**.